

**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/SMO/GC/DPLAN/2026**  
(NUP. 9.115200/2026)

Vinculado aos Contratos do Grupo A – CUSD e CCER

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOA VISTA POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO E A RORAIMA ENERGIA S.A.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situado na Rua General Penha Brasil nº 1011, bairro São Francisco, nesta cidade, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO**, doravante denominado **CONSUMIDOR**, neste ato representado pelo Secretário Municipal, **FELIPE DE SOUZA MENEZES**, brasileiro, inscrito no CPF **\*\*\*.\*\*\*.022-91**, residente e domiciliado na Rua Pau Brasil, n. 664 – Bairro Paraviana, no município de Boa Vista/RR, nomeado pelo Decreto n. 174/P, de 01 de abril de 2025.

A **RORAIMA ENERGIA S.A**, Concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob o nº 02.341.470/0001-44, com sede localizada na Avenida Capitão Ene Garcez, nº 691, Centro da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, doravante denominada **DISTRIBUIDORA**, representada neste ato pela Assistente Comercial do Departamento Comercial, **DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1\*\*.\*\*\*7 expedida pela SSP/RR, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº **\*\*\*.\*\*\*.072-49**, residente e domiciliada em Boa Vista, Roraima.

As partes acima designadas têm entre si justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica, de acordo com Resolução Normativa 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que trata das Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e demais regulamentos expedidos pela ANEEL, e ainda, em conformidade com as disposições na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), no que couber, mediante as seguintes cláusulas e condições.

**TÍTULO I:**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**CLÁUSULA 1º.** Para os fins e efeitos deste instrumento contratual, são adotadas as seguintes definições:

smou@boavista.rr.gov.br  
(95) 3621-4403

Av. Santos Dumont, nº 1721 - Bairro São Francisco  
Boa Vista – RR - CEP 69.305-105

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**I. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL:** autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal;

**II. carga instalada:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em kW (quilowatts);

**III. ciclo de faturamento:** intervalo de tempo correspondente ao faturamento de determinada unidade consumidora;

**IV. concessionária:** agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica, de agora em diante denominado distribuidora;

**V. consumidor:** pessoa física ou jurídica que solicite o fornecimento do serviço à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes desta prestação à sua unidade consumidora;

**VI. consumidor especial:** consumidor livre ou o conjunto de consumidores livres reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que tenha adquirido energia elétrica na forma estabelecida no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

**VII. consumidor livre:** consumidor, atendido em qualquer tensão, que tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições estabelecidas no art. 15 e no art.16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

**VIII. consumidor potencialmente livre:** consumidor que cumpre as condições estabelecidas para

tornar-se livre, mas é atendido de forma regulada;

**IX. contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD:** Contrato celebrado entre a concessionária e o consumidor, estabelecendo as condições gerais do serviço prestado, os montantes de uso contratados por ponto de conexão, bem como as condições técnicas e comerciais a serem observadas para uso do sistema de distribuição.

**X. demanda:** média das potências elétricas ativas ou reativas, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição durante um intervalo de tempo especificado;

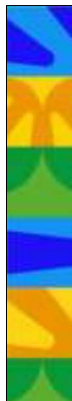
**XI. demanda contratada:** demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela distribuidora no ponto de conexão, conforme valor e período de vigência fixados em contrato, em kW (quilowatts);

**XII. demanda medida:** maior demanda de potência ativa injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição pela carga ou geração, verificada por medição e integralizada em intervalos de 15 minutos durante o período de faturamento, em kW (quilowatts);

**XIII. distribuidora:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

**XIV. energia elétrica ativa:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, em kWh (quilowatts-hora).

**XV. energia elétrica reativa:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada sem produzir trabalho, em kvarh (quilovolt-ampèrereativo-hora);





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

XVI. **fator de carga:** razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora, ocorridas no mesmo intervalo de tempo;

XVII. **fator de demanda:** razão entre a demanda máxima num intervalo de tempo e a carga instalada na unidade consumidora;

XVIII. **fator de potência:** razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas num mesmo período;

XIX. **fatura:** documento emitido pela distribuidora com a quantia monetária total a ser paga pelo consumidor e demais usuários pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica e por outros serviços e atividades, função que pode ser cumprida pelo documento fiscal denominado “Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica”;

XX. **grupo A:** grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão maior ou igual a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor que 2,3 kV, e subdividido em subgrupos;

XXI. **grupo B:** grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão menor que 2,3 kV e subdividido em subgrupos;

XXII. **inspeção:** fiscalização posterior à conexão para verificar a adequação aos padrões técnicos e de segurança da distribuidora, o funcionamento do sistema de medição e a confirmação dos dados cadastrais;

XXIII. **medição:** processo realizado por equipamento que possibilite a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo ou geração de energia elétrica e à potência ativa ou reativa, caso aplicável;

XXIV. **modalidade tarifária:** conjunto de tarifas aplicáveis às componentes de consumo de energia elétrica e demanda, conforme Capítulo VII do Título I da REN 1.000/2021;

XXV. **ponto de entrega:** conjunto de materiais e equipamentos que se destina a estabelecer a conexão entre as instalações da distribuidora e do consumidor e demais usuários;

XXVI. **posto de transformação:** compreende o transformador de distribuição e seus acessórios, tais como os dispositivos de manobra, controle, proteção e demais materiais necessários para as obras civis e estruturas de montagem;

XXVII. **posto tarifário:** período em horas para aplicação das tarifas de forma diferenciada ao longo do dia, considerando a seguinte divisão:

- a) **posto tarifário ponta:** período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão ou permissão, não se aplicando aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi e aos feriados nacionais dos dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 dezembro e os seguintes feriados:
- b) **posto tarifário fora de ponta:** período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta e, para o grupo B, intermediário;
- c) **posto tarifário intermediário:** período de 2 (duas) horas, sendo uma hora imediatamente anterior e outra imediatamente posterior ao horário de ponta, aplicado apenas para o grupo B.

XXVIII. **potência ativa:** quantidade de energia elétrica solicitada por unidade de tempo, em kW (quilowatts);





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**XXIX. potência disponibilizada:** potência que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos e instalações do consumidor e demais usuários;

**XXX. ramal de entrada:** conjunto de condutores e acessórios instalados pelo consumidor entre o ponto de conexão e a medição ou a proteção de suas instalações;

**XXXI. ramal de conexão:** conjunto de condutores e acessórios instalados pela distribuidora entre o ponto de derivação de sua rede e o ponto de conexão;

**XXXII. sistema de medição para faturamento:** sistema composto por medidor principal, demais equipamentos necessários para a realização da medição para faturamento e, caso existentes, medidor de retaguarda, transformadores para instrumentos (transformadores de potencial e de corrente), canais de comunicação e sistemas de coleta de dados;

**XXXIII. subestação:** parte do sistema de potência que compreende os dispositivos de manobra, controle, proteção, transformação e demais equipamentos, condutores e acessórios, abrangendo as obras civis e estruturas de montagem;

**XXXIV. tarifa:** valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em R\$ (Reais) por unidade de energia elétrica ou de demanda de potência, sendo:

a) **tarifa de energia – TE:** valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R\$/MWh (reais por megawatt-hora), utilizado para o faturamento mensal do consumo de energia; e

b) **tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD:** valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R\$/MWh (reais megawatt-hora) ou em R\$/kW (reais por quilowatt), utilizado para o faturamento mensal do consumidor e demais usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema.

**XXXV. unidade consumidora:** conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores, acessórios e, no caso de conexão em tensão maior ou igual a 2,3 kV, a subestação, sendo caracterizado por:

- a) recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de conexão;
- b) medição individualizada;
- c) pertencente a um único consumidor; e
- d) localizado em um mesmo imóvel ou em imóveis contíguos.

**XXXVI. usuário:** pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, do serviço público de distribuição de energia elétrica, a exemplo de consumidor, gerador, produtor independente, autoprodutor, outra distribuidora e agente importador ou exportador.

## TÍTULO II: DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA

**CLÁUSULA 2ª.** O presente Contrato tem por objeto a prestação pela DISTRIBUIDORA do serviço público de distribuição de energia elétrica ao CONSUMIDOR e contém as principais condições da prestação e utilização do serviço, sem prejuízo do contido nas Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para atender as unidades consumidoras de





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

responsabilidade do **MUNICÍPIO DE BOA VISTA / SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO**, localizadas no município de Boa Vista, estado de Roraima.

**Parágrafo Único** – Para as unidades consumidoras do Grupo A deverão ser firmados também os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD e os Contratos de Compra de Energia Regulada – CCER.

**CLÁUSULA 3º.** O presente Contrato entra em vigor a partir da assinatura, com vigência por prazo indeterminado.

### TÍTULO III INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI Nº 14.133/2021 E VALOR DO CONTRATO

**CLÁUSULA 4º.** Este Contrato está sujeito à Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), no que couber, prevalecendo a legislação do setor elétrico e está vinculado ao termo de dispensa ou inexigibilidade da licitação, conforme seguem dados:

- I. Ato que autorizou sua lavratura: Certidão de Inexigibilidade (NUP 9.057031/26)
- II. Número do processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação: Processo administrativo nº. 000383/2026 SMO.

**CLÁUSULA 5º.** O valor total estimado deste CONTRATO para o período de 12 (doze) meses, é de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**Parágrafo Primeiro** - A despesa com o presente CONTRATO correrá à conta da dotação orçamentária da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO**, sob a seguinte classificação programática e categoria econômica: 04 122 0037 2.109 / 3.3.90.39.00.

**Parágrafo Segundo** – Será providenciada pelo CONTRATANTE a cada início de exercício, dotação orçamentária própria para a cobertura da despesa deste contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Os recursos necessários ao atendimento das despesas inerente ao presente CONTRATO estão regularmente inscritos na nota de empenho nº 1178, de 26/02/2026, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

### TÍTULO IV DA TARIFA

**CLÁUSULA 6º.** A DISTRIBUIDORA deve cobrar as tarifas homologadas pela ANEEL pela prestação do serviço público de energia elétrica.

**CLÁUSULA 7º.** A DISTRIBUIDORA deve aplicar os descontos na tarifa estabelecidos na legislação, bem como, se quiser, conceder descontos de forma voluntária.

smou@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-4403

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**CLÁUSULA 8º.** A DISTRIBUIDORA deve aplicar o adicional de bandeira tarifária, de acordo com a regulação.

**CLÁUSULA 9º.** Os valores das tarifas serão reajustados e/ou revisados anualmente.

**CLÁUSULA 10º.** A DISTRIBUIDORA deve informar ao CONSUMIDOR o percentual de alteração da tarifa de energia elétrica e a data de início de sua vigência.

**TÍTULO V:  
DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA 11º.** As características técnicas do fornecimento de energia elétrica da DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR são aquelas estabelecidas na legislação e normas em vigor.

**CLÁUSULA 12º.** A instalação de equipamentos geradores de energia elétrica na unidade consumidora e a conexão desses equipamentos em paralelo com o sistema elétrico dependerão de prévia aprovação e autorização da DISTRIBUIDORA.

**CLÁUSULA 13º.** As partes se obrigam a observância dos Procedimentos de Distribuição e aos Procedimentos de Rede, quando aplicáveis, bem como à legislação específica e às normas e padrões técnicos da DISTRIBUIDORA.

**TÍTULO VI:  
DA MEDIÇÃO**

**CLÁUSULA 14º.** A energia elétrica fornecida pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR será medida por meios de equipamentos de medição.

**CLÁUSULA 15º.** O medidor e demais equipamentos de medição devem ser fornecidos e instalados pela DISTRIBUIDORA, às suas expensas, exceto quando previsto o contrário em legislação específica.

**CLÁUSULA 16º.** O CONSUMIDOR é responsável pelas adaptações na unidade consumidora necessárias à instalação do sistema de medição, permitindo livre acesso de representantes da DISTRIBUIDORA às caixas, cubículos, painéis e aos equipamentos de medição, para leitura e manutenção.

**CLÁUSULA 17º.** Os lacres instalados nos medidores e demais equipamentos de medição, caixas e cubículos somente podem ser rompidos por representante da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Único** - Presumir-se-á a responsabilidade do CONSUMIDOR se da violação dos lacres ou de danos nos mencionados equipamentos decorrerem registros irreais de energia ou de potência que venham a beneficiar o CONSUMIDOR ou a terceiros.

**TÍTULO VII:  
DA MODALIDADE TARIFÁRIA E DO FATURAMENTO**

smou@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-4403

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**CLÁUSULA 18º.** Para fins de faturamento do objeto do presente Contrato, será aplicada a tarifa de acordo com modalidade tarifária escolhida pelo CONSUMIDOR, específica de cada unidade consumidora, da classe poder público, considerando-se o seguinte:

Para o grupo A:

a) modalidade tarifária horária azul, caracterizada por:

I - uma tarifa para a demanda para o posto tarifário ponta;

II - uma tarifa para a demanda para o posto tarifário fora de ponta;

III - uma tarifa para o consumo de energia elétrica para o posto tarifário ponta; e

IV - uma tarifa para o consumo de energia elétrica para o posto tarifário fora de ponta.; ou

b) modalidade tarifária horária verde, caracterizada por:

1 - uma tarifa para a demanda, sem segmentação horária;

2 - uma tarifa para o consumo de energia elétrica para o posto tarifário ponta; e

3 - uma tarifa para o consumo de energia elétrica para o posto tarifário fora de ponta.

Para o grupo B:

a) modalidade tarifária convencional, caracterizada por uma única tarifa para o consumo de energia, sem segmentação horária do dia; ou

b) modalidade tarifária horária branca, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, sendo segmentada em três postos tarifários:

I - uma tarifa para o posto tarifário ponta;

II - uma tarifa para o posto tarifário intermediário; e

III - uma tarifa para o posto tarifário fora de ponta.

**CLÁUSULA 19º.** O faturamento será registrado com periodicidade mensal, realizado com base nos valores identificados nos equipamentos de medição.

**CLÁUSULA 20º.** Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e normas em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura.

**CLÁUSULA 21º.** A leitura do sistema de medição para o grupo B deve ser realizada em intervalos de aproximadamente 30 dias, observados o mínimo de 27 e o máximo de 33 dias, de acordo com o calendário de leitura.

**Parágrafo Único** – Para o primeiro faturamento, ou no caso de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, as leituras podem ser realizadas em intervalos de no mínimo 15 e no máximo 47 dias.

**CLÁUSULA 22º.** Para o grupo A, a leitura deve possibilitar o faturamento correspondente ao consumo do mês civil.

**CLÁUSULA 23º.** O prazo para vencimento da fatura, contado da data da apresentação, deve ser de pelo menos:

I - 10 dias úteis: para unidade consumidora enquadrada nas classes poder público, iluminação pública e serviço público; e

II - 5 dias úteis: nas demais situações





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**CLÁUSULA 24°.** O CONSUMIDOR deve pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades em caso de atraso.

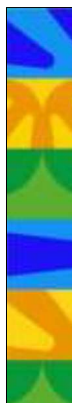
**CLÁUSULA 25°.** No caso de atraso no pagamento da fatura serão cobrados os acréscimos moratórios: multa de 2% (dois por cento), atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e juros de mora de 1% ao mês calculados **pro rata die**.

**Parágrafo Único** – Os dispositivos desta Cláusula permanecerão válidos após a extinção do CONTRATO, até que suas obrigações sejam cumpridas.

**TÍTULO VIII:**  
**DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

**CLÁUSULA 26°.** São os principais direitos do Consumidor:

1. ser orientado sobre a segurança e eficiência na utilização da energia elétrica;
2. receber um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;
3. receber compensação monetária se houver descumprimento da DISTRIBUIDORA, dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL;
4. ter gratuidade para o aumento de carga, desde que a carga instalada não ultrapasse 50 kW;
- 4.1. a gratuidade não se aplica para iluminação pública, obras com acréscimo de fases de rede em tensão até 2,3 kV e atendimento por sistemas isolados, que devem observar a regulação da ANEEL;
5. alterar a modalidade tarifária, desde que previsto na regulação da ANEEL, no prazo de até 30 dias;
6. solicitar a inspeção do sistema de medição de faturamento, para verificação do correto funcionamento dos equipamentos;
7. responder apenas por débitos relativos à unidade consumidora de sua titularidade ou vinculados à sua pessoa, não sendo obrigado a assinar o termo relacionado à débitos de terceiros.
8. não ser cobrado pelo consumo de energia elétrica reativa excedente;
9. ter a devolução em dobro dos pagamentos de valores cobrados indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros, salvo hipótese de erro atribuível ao CONSUMIDOR e fato de terceiro;
10. escolher a data para o vencimento da fatura, dentre as seis datas, no mínimo, disponibilizadas pela DISTRIBUIDORA, exceto na modalidade de pré-pagamento;
11. receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior;
12. são direitos do CONSUMIDOR na modalidade tarifária convencional e branca:
  - 12.1. receber a fatura com periodicidade mensal, considerando as leituras do sistema de medição ou, caso aplicável, o valor por estimativa;





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

12.2. a fatura deve ser entregue, conforme opção do CONSUMIDOR, em versão impressa ou eletrônica, com antecedência do vencimento de pelo menos:

- 10 dias úteis, para classe poder público, Iluminação Pública e Serviço Público;
- 5 dias úteis, para demais classes.

12.3. receber gratuitamente o código de pagamento ou outro meio que viabilize o pagamento da fatura, de forma alternativa à emissão de segunda via; e

12.4. ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;

13. São direitos do CONSUMIDOR na modalidade tarifária de pré-pagamento:

13.1. ser informado dos locais para aquisição de créditos e horários de funcionamento;

13.2. receber comprovante no ato da compra de créditos;

13.3. ter a sua disposição as informações necessárias à realização da recarga de créditos no caso de perda ou extravio de comprovante de compra não utilizado;

13.4. ser informado sobre a quantidade de créditos disponíveis e avisado da proximidade dos créditos acabarem;

13.5. poder solicitar crédito de emergência, em qualquer dia da semana e horário;

13.6. receber, sempre que solicitado, demonstrativo de faturamento com informações consolidadas do valor total comprado, quantidade de créditos, datas e os valores das compras realizadas no mês de referência;

13.7. ter os créditos transferidos para outra unidade consumidoras de sua titularidade ou a devolução desses créditos por meio de crédito em conta corrente ou ordem de pagamento nos casos de encerramento contratual.

14. O CONSUMIDOR na modalidade de PRÉ-PAGAMENTO e de PÓS-PAGAMENTO ELETRÔNICO deve:

14.1. ser orientado sobre a correta operação do sistema e da modalidade;

14.2. ter o medidor e demais equipamentos verificados e regularizados sem custos em casos de defeitos no prazo de até:

- 6 horas, no meio urbano;
- 24 horas, no meio rural; e
- 72 horas, no atendimento por sistema isolado SIGFI ou MIGDI.

## TÍTULO IX: DOS DEVERES DO CONSUMIDOR

**CLÁUSULA 27ª.** São os principais deveres do CONSUMIDOR:

smou@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-4403

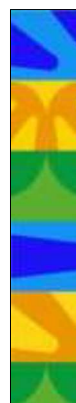
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

1. manter os dados cadastrais e de atividade exercida atualizados junto à DISTRIBUIDORA e solicitar as alterações quando necessário, em especial os dados de contato como telefone e endereço eletrônico;
2. informar à DISTRIBUIDORA sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
3. manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
4. consultar a DISTRIBUIDORA quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada;
5. responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de seu imóvel;
6. manter livre à DISTRIBUIDORA, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção;
7. São deveres do CONSUMIDOR nas modalidades tarifárias convencional, branca e pós-pagamento eletrônico:
  - 7.1. Pagar a fatura de energia elétrica ou o consumo até a data do vencimento, sujeitando-se, em caso de atraso, à atualização monetária pelo IPCA, juros de mora de 1% ao mês calculados **pro rata die** e multa de até 2%.

**TÍTULO X:**  
**DA INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA 28ª.** A DISTRIBUIDORA pode suspender o fornecimento de energia elétrica, sem aviso prévio ao CONSUMIDOR, quando for constatado:

I – deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora, que causem risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;

II – fornecimento de energia elétrica a terceiros.

**CLÁUSULA 29ª.** A DISTRIBUIDORA pode suspender o fornecimento de energia elétrica, com aviso prévio ao CONSUMIDOR, quando for constatado:

I – falta de pagamento da fatura ou do consumo de energia elétrica;

II – impedimento do acesso à DISTRIBUIDORA para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;

III – razões de ordem técnica.

**CLÁUSULA 30ª.** A notificação da suspensão deve ser escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na fatura, com antecedência mínima de:

- 3 dias úteis, por razões de ordem técnica ou de segurança; ou
- 15 dias, nos casos de inadimplemento.

**CLÁUSULA 31ª.** A execução da suspensão do fornecimento somente poderá ser realizada no horário das 8h às 18h, em dias úteis, sendo vedada às sextas-feiras e nas vésperas de feriado.





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**CLÁUSULA 32°.** A DISTRIBUIDORA não pode suspender o fornecimento após o decurso do prazo de 90 dias, contado da data da fatura vencida e não paga, exceto se comprovar que não suspendeu por determinação judicial ou outro motivo justificável.

**CLÁUSULA 33°.** O CONSUMIDOR deve ter a energia elétrica religada, a partir da constatação da DISTRIBUIDORA ou da solicitação do CONSUMIDOR, nos seguintes prazos:

- até 4h, em caso de suspensão indevida, sem custo;
- até 24h, para a área urbana;
- até 48h para a área rural.

**Parágrafo Único** – No caso do atendimento ser por meio de sistema individual de geração de energia elétrica com fonte intermitente – SIGFI ou de microssistema isolado de geração e distribuição de energia elétrica – MIGDI, os prazos de religação são:

- 72h, em caso de suspensão indevida, sem custo;
- 120h, nas demais situações.

**CLÁUSULA 34°.** Em caso de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, o CONSUMIDOR deve receber a compensação estabelecida pela ANEEL.

**CLÁUSULA 35°.** A DISTRIBUIDORA deve informar os desligamentos programados com antecedência de pelo menos:

- 5 dias úteis, por documento escrito e individual, no caso de unidades consumidoras que prestem serviço essencial ou de pessoa cadastrada usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica;
- 72h, por meio da página da distribuidora na internet e por outros meios que permitam a adequada divulgação, nas demais situações.

## TÍTULO XI: DE OUTROS SERVIÇOS

**CLÁUSULA 36°.** A Distribuidora pode executar serviços vinculados à prestação do serviço público, desde que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, opte por contratar.

**CLÁUSULA 37°.** A DISTRIBUIDORA pode incluir na fatura ou, quando for o caso, no pagamento do consumo ou da compra de créditos, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente pelo CONSUMIDOR.

**CLÁUSULA 38°.** O CONSUMIDOR pode cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações ou outros serviços por ele autorizados.

## TÍTULO XII: DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO

**CLÁUSULA 39°.** O CONSUMIDOR pode requerer informações, solicitar serviços e encaminhar reclamações, elogios, sugestões e denúncias nos canais de atendimento disponibilizados pela DISTRIBUIDORA.





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**CLÁUSULA 40°.** A DISTRIBUIDORA deve disponibilizar ao CONSUMIDOR, no mínimo, os seguintes canais de atendimento, para que o CONSUMIDOR seja atendido sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a sua unidade consumidora:

I - presencial, com tempo máximo de espera na fila de 30 minutos, no endereço: no site [www.roraimaenergia.com.br](http://www.roraimaenergia.com.br) pode ser verificado o endereço do posto mais próximo);

II - telefônico: gratuito, inclusive para ligação de celular, disponível 24h por dia e 7 dias por semana, nos seguintes

números:

- Telefone para urgência/emergência: 0800 701 9120;

- Telefone para demais atendimentos: 0800 701 9120.

III - atendimento por Agência Virtual na internet, na página: [www.roraimaenergia.com.br](http://www.roraimaenergia.com.br) .

IV - plataforma “Consumidor.gov.br”;

V - Ouvidoria, quando exigido pela ANEEL: 0800 095 1152.

**CLÁUSULA 41°.** O CONSUMIDOR deve receber um número de protocolo no início do atendimento, que deve ser disponibilizado por meio eletrônico em até 1 dia útil.

**CLÁUSULA 42°.** O CONSUMIDOR deve ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que estabelecidos em normas e regulamentos.

Parágrafo Único - Em caso de indeferimento da reclamação, a DISTRIBUIDORA deve informar ao consumidor as razões detalhadas e os dispositivos legais e normativos que fundamentaram sua decisão.

**CLÁUSULA 43°.** A DISTRIBUIDORA deve solucionar as reclamações do CONSUMIDOR em até 5 dias úteis do protocolo, ressalvados os prazos de solução especiais estabelecidos na regulação da ANEEL.

Parágrafo Primeiro – Caso seja necessária a realização de visita técnica à unidade consumidora, o prazo para solução da reclamação é de até 10 dias úteis.

Parágrafo Segundo – Caso o problema não seja solucionado, o CONSUMIDOR deve entrar em contato com a ouvidoria da DISTRIBUIDORA, se existente.

Parágrafo Terceiro – A Ouvidoria da DISTRIBUIDORA deve comunicar as providências adotadas ao CONSUMIDOR, em até 10 dias úteis;

Parágrafo Quarto - Se ainda assim o problema não tiver sido resolvido, ou não existir Ouvidoria, o CONSUMIDOR pode registrar sua reclamação:

- na Agência Estadual Conveniada; ou, na inexistência desta,

- na ANEEL, pelo aplicativo, telefone 167 ou na página <https://www.aneel.gov.br> .

**CLÁUSULA 44°.** As reclamações do CONSUMIDOR sobre danos em equipamentos devem ser realizadas diretamente à DISTRIBUIDORA, em até 5 anos da ocorrência.





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

**Parágrafo Único** – O ressarcimento dos danos, quando deferido, deve ser realizado por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo estabelecido na regulação, ou deve ser realizado o conserto ou a substituição do equipamento danificado.

### **TÍTULO XIII: DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 45º.** O encerramento contratual ocorre nas seguintes situações:

1. solicitação do CONSUMIDOR, a qualquer tempo;
2. pedido de conexão ou de alteração de titularidade formulado por novo CONSUMIDOR para a mesma unidade consumidora;
3. término da vigência do contrato.
4. a critério da DISTRIBUIDORA, no decurso do prazo de 2 ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento.

### **TÍTULO XIV: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA 46º.** Além do disposto no presente Contrato aplicam-se às partes as normas da ANEEL, em especial a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e futuras alterações, a Lei nº 8.987/1995, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 13.460/2017 e, subsidiariamente, o Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA 47º.** Este contrato poderá ser modificado por determinação da ANEEL ou, ainda, diante de alterações de leis, decretos ou atos normativos que regulamentam o serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham reflexo na sua prestação.

**CLÁUSULA 48º.** A falta ou atraso, por qualquer das Partes, no exercício de qualquer direito não implicará renúncia ou novação, nem afetará o subsequente exercício de tal direito.

**CLÁUSULA 49º.** A partir da data de assinatura deste Contrato, ficam extintos outros contratos anteriormente celebrados entre as PARTES referentes ao objeto deste Contrato, e/ou, cuja vigência venha se prorrogando tacitamente até a presente data, ressalvado o cumprimento de obrigações inadimplidas ou que sejam supervenientes à extinção, tendo a DISTRIBUIDORA o direito de a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, exigir o pagamento de eventual débito existente.

### **TÍTULO XV: DO FORO**

**CLÁUSULA 50º.** Fica eleito o Foro do Município de Boa Vista para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

smou@boavista.rr.gov.br

(95) 3621-4403

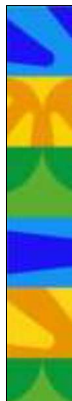
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento

E, por haverem assim ajustado, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Boa Vista – RR, *data constante no sistema.*

Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO (CONSUMIDOR)**:

**FELIPE DE SOUZA MENEZES**  
Secretário Municipal de Obras  
CPF **\*\*\*.\*\*\*.022-91**

Pela **RORAIMA ENERGIA S.A (DISTRIBUIDORA)**

**DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS**  
Assistente Comercial – Departamento Comercial  
CPF **\*\*\*.\*\*\*.072-49**

TESTEMUNHAS: (ASSINATURA DIGITAL)

**1 NATHALIA NÚRIA FIGUEIREDO REBOUÇAS – CPF: 581.XXX.XXX-34**

**2 DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA – CPF: 018.XXX.XXX - 94**

smou@boavista.rr.gov.br  
(95) 3621-4403

Av. Santos Dumont, nº 1721 - Bairro São Francisco  
Boa Vista – RR - CEP 69.305-105

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS EM 05/03/2026 10:18:07

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA EM 04/03/2026 11:17:53

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 2 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 03317DFF3





Prefeitura Municipal de  
Boa Vista



Sistema de Serviços  
ao Cidadão

## REGISTROS DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

O arquivo contrato\_n.\_89\_smo\_gc\_dplan\_26\_\_\_proc.383\_2026.pdf do documento **00000.9.115200/2026** foi assinado pelos signatários:

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
FELIPE DE SOUZA MENEZES 888.692.022-91	04/03/2026 10:58:01 LOGIN E SENHA
NATHALIA NURIA FIGUEIREDO REBOUCAS 581.753.422-34	04/03/2026 11:09:32 LOGIN E SENHA
DEBORAH RAYSSA RIBEIRO AGUIAR DA SILVA 018.923.422-94	04/03/2026 11:17:53 LOGIN E SENHA
DILEAN VIEIRA GONZAGA FARIAS 660.721.072-49	05/03/2026 10:18:07 LOGIN E SENHA



**Secretaria Municipal de Obras - SMO**  
Departamento de Planejamento



### EXTRATO DO CONTRATO

**Processo nº.** 000383/2026 – SMO.

**Espécie:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/SMO/GC/DPLAN/2026 (NUP. 9.115200/2026).

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDER O PRÉDIO E DEMANDAS DE SERVIÇOS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO.

**Modalidade:** INEXIGIBILIDADE.

**Valor:** R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**Unidade Orçamentária:** 020901, **Funcional Programática:** 04 122 0037 2.109; **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00, **Fontes:** Recursos Próprios (1.500.0000).

**Interveniente:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

**CONTRATADA:** RORAIMA ENERGIA S.A.

**Data da Assinatura:** 05 de março de 2026.

**Vigência:** A vigência do contrato deverá ocorrer por tempo indeterminado, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

smou@boavista.rr.gov.br  
(95) 3621-4403

Av. Santos Dumont, nº 1721 - Bairro São Francisco  
Boa Vista – RR - CEP 69.305-105

